



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Trabalho profissional**

## **A CONTRIBUIÇÃO DE GRAMSCI PARA A COMPREENSÃO DA FUNÇÃO INTELCTUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**DÉBORA SPOTORNO MOREIRA MACHADO FERREIRA<sup>1</sup>**

**CARLOS FELIPE NUNES MOREIRA<sup>2</sup>**

**NEY LUIZ TEIXEIRA DE ALMEIDA<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

O presente ensaio apresenta uma reflexão teórico-prática a respeito da dimensão pedagógica do trabalho atual de assistentes sociais, com ênfase nas políticas públicas. Para tanto vale-se de uma breve análise acerca da conjuntura em curso que imprime particularidades às políticas públicas do Estado e, com isso, impacta diretamente nas possibilidades pedagógicas da atuação profissional em Serviço Social. Um processo no qual as contribuições gramscianas sobre cultura, hegemonia, intelectuais e relação pedagógica são elucidativas às reflexões acerca do assunto proposto.

**Palavras-chave:** Assistente social, trabalho intelectual, dimensão pedagógica.

### **ABSTRACT**

This essay presents a theoretical-practical reflection regarding the pedagogical dimension of the current work of social workers, with an emphasis on public policies. To this end, a brief analysis of the current situation is used, which imposes particularities on the State's public policies and, therefore, directly impacts the pedagogical possibilities of professional performance in Social Work. A process in which Gramscian contributions on culture, hegemony, intellectuals and pedagogical relationships are enlightening to reflections on the proposed subject.

**Keywords:** Social worker, intellectual work, pedagogical dimension.

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>3</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## INTRODUÇÃO

A dimensão pedagógica é uma condição indissociável do trabalho realizado por assistentes sociais independente do espaço sócio-ocupacional no qual ele se realiza ou do grau de consciência do seu agente a respeito dela. Os resultados da intervenção de assistentes sociais na realidade “[...] concretizam-se sob a forma de ação material e ideológica, nos espaços cotidianos de vida e de trabalho [...]” (Abreu, 2002, p.17) de largos segmentos da classe trabalhadora diretamente envolvidos com a prestação de serviços pelo Estado.

De acordo com Antonio Gramsci, todos os indivíduos são filósofos na medida em que todo ser humano tem a capacidade de refletir sobre as diferentes dimensões da vida cotidiana e social. Essa afirmação ganha ainda mais destaque no debate travado pelo autor em relação ao trabalhador assalariado, visto que, por mais manual que seja a sua atividade, ela contém uma dimensão intelectual. A realização de qualquer trabalho exige um pôr teleológico, assim como a realização de escolhas sobre determinadas alternativas e um processo de conhecimento que advém do aprendizado acerca do como realizar o próprio trabalho. Por isso, ainda que o trabalho não seja organizado diretamente pelo trabalhador e suas atividades sejam parceladas a despeito de sua decisão, Gramsci reiterou que não existe nenhum trabalho que seja apenas braçal, destituído de qualquer dimensão intelectual. Nesse sentido, atribui a capacidade filosófico-intelectual para todos. Essa compreensão permite-nos refletir que seres humanos têm condição de aprender e que quando trabalham, interagem de distintas formas com o que aprenderam.

Nesse sentido, não é possível separar o *homo faber* do *homo sapiens* (Gramsci, 2001). Entretanto, essa dimensão filosófica comum a todos os indivíduos não é garantia de que exista em todo trabalho humano, uma prévia dimensão pedagógica ou que todo e qualquer trabalho ocorra como parte de um processo pedagógico.

As contribuições gramscianas sobre cultura, filosofia, hegemonia, intelectual orgânico, dentre outras, são elementos teóricos essenciais à compreensão da dimensão pedagógica do trabalho de assistentes sociais. Mas o que tem de relevante no entendimento de que assistentes sociais possuem tal dimensão no seu trabalho profissional? Faz alguma diferença para tais profissionais apreender o que isso significa? E para as relações de hegemonia e contra hegemonia na sociedade?

## A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO GRAMSCIANA

Por dimensão pedagógica de uma atuação profissional compreende-se aqui aquela que estabelece, alimenta, reproduz, constrói ou destrói uma relação de hegemonia. Segundo Gramsci "toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica" (Gramsci, 1999, p. 399) e, por isso, toda ação pedagógica, seja onde ela estiver sendo estabelecida e quem dela esteja participando, é uma relação política que reflete e impacta direta e necessariamente nas estruturas e superestruturas hegemônicas de uma dada sociedade. Nesse sentido, as relações pedagógicas não se limitam aos espaços formais escolares<sup>4</sup>.

As práticas e atuações profissionais que possuem uma dimensão pedagógica são aquelas que influenciam nas concepções de mundo de um coletivo ou segmento social. Em Gramsci, todos somos conformistas de algum tipo de conformismo e "pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente ao de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e agir" (id. ibid. p. 94).

A dimensão pedagógica não é comum a todo trabalho humano. Uma profissão que a possui, necessariamente, fortifica formas de pensar a realidade, exerce influência sobre determinado grupo, reproduz a hegemonia dominante e/ou a enfrenta de maneira crítica. Tal processo ocorre, predominantemente, através dos aparelhos privados de hegemonia, ainda que acionados a partir da sociedade política estatal. São trabalhadores que atuam na produção e/ou reprodução de consensos junto a outros trabalhadores. Desempenham funções intelectuais nos processos de direção moral e intelectual que as classes dirigentes exercem sobre um determinado grupo ou frações de classe. Ainda que o vetor dessa prática pedagógica possa ter outra direção, atuando na construção de uma contra hegemonia.

Decorre dessas disputas a relevância do debate e da contribuição de Antonio Gramsci sobre a função dos intelectuais nos processos que visam assegurar a unidade das classes sociais fundamentais, tanto em sua organização interna como na relação entre elas. Partimos da compreensão do autor de que os intelectuais orgânicos, individuais ou coletivos, são formados a partir da constituição de cada classe social fundamental em um determinado modo de produção e vinculam-se a ela organicamente na defesa de seus interesses e elaboração de sua visão de

---

<sup>4</sup> Segundo Gramsci a relação pedagógica "(...) existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército" (Gramsci, 1999, p. 399).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

mundo. É nesse sentido que Gramsci estabelece que os intelectuais exercem suas funções de modo orgânico à classe dominante como também em relação à classe trabalhadora. Portanto,

Cada grupo social, surgindo no terreno originário de uma função essencial do mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (Monasta, 2010, p.20)

A função intelectual também é exercida pelos intelectuais tradicionais, ou seja, aqueles que oriundos de modo de produção anterior ainda são disputados na nova ordem social e econômica para atuarem nos processos de direção moral e intelectual. Na sociedade capitalista, parte da formação dos intelectuais orgânicos da burguesia e de suas frações são formados em instituições que os preparam para o domínio científico de cunho teórico ou tecnológico necessário ao processo de dominação política e ideológica a ser exercido sobre a classe trabalhadora tanto na esfera da produção como da reprodução social. A feição profissional assumida por certas atividades na organização da produção ou da vida social particulariza o processo de formação de intelectuais em função de uma divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista progressivamente especializada.

No que tange à dimensão pedagógica de uma atuação profissional é certo que ela se caracteriza por assegurar determinados consensos (ou dissensos), a defesa de interesses de classe, a organização da cultura e a disseminação de ideologias. Em suma: a intervenção pedagógica se caracteriza na mediação com a cultura visando dar coesão a uma determinada visão de mundo. Em Gramsci, a verdadeira cultura nega o pedantismo elitista e envolve a superação do senso comum pelo bom senso. Um processo pelo qual a filosofia da práxis coloca-se como elemento fundamental tanto no início quanto no resultado do próprio movimento.

Defende uma cultura que supere: o caráter enciclopédico do saber, a sua desvinculação da realidade da classe trabalhadora e o ajustamento conformista dessa classe à ordem, que se dá subjetivando elementos depreciativos e levando os sujeitos a sentirem-se incapazes de reagir inclusive à sua condição de dominados, dirigidos e explorados. Por isso há em Gramsci a perspectiva de educar a partir da realidade viva do trabalhador. Uma concepção educativa voltada para “[...] a liberdade concreta, historicamente determinada, universal e não para o autoritarismo exterior que emana da defesa de uma liberdade individualista e parcial [...] (Nosella, 2004, p.70).

Há então uma relação dialética entre cultura e hegemonia em Gramsci, seja para a manutenção, seja para a superação da ordem. Além disso, a concepção gramsciana de cultura abarca algumas dimensões que se inter-relacionam na formação humana voltada para diferentes



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

visões de mundo. Todo ser humano carrega aspectos fincados em tradições e heranças, próprias do folclore ou do senso comum. É nesse sentido que para Gramsci, o senso comum tem em si mesmo o que ele chama de *humus fertilizador* do bom senso. Segundo Nosella,

O senso comum é a síntese mecânica do que pensam as moléculas sociais, isto é, é o pensar difuso do ambiente social. Esse ambiente é um “educador” poderoso e primordial que torna indispensável, como contraponto, o estabelecimento de uma linha hegemônica mais elevada que dê a direção ao processo educativo das gerações mais novas. (2004, p.125).

É pelo bom senso que o ser humano se aproxima, via desenvolvimento crítico-intelectual e em um processo de autoconhecimento, da filosofia da práxis. Esta, por sua vez, sendo o mais elevado nível ou dimensão da cultura só é possível de se alcançar, plenamente, em uma sociedade emancipada. Ou seja, a cultura envolve bem mais que meros estudos formais. Ela perpassa por uma consciência política, uma percepção de si mesmo, uma capacidade de identificar e compreender as relações de hegemonia estabelecidas e de se posicionar diante delas. É sobre essa cultura que uma relação pedagógica atua, seja para reforçá-la e desenvolvê-la criticamente, seja para negá-la e submetê-la à alienação perante dos dominadores.

Assim, Gramsci defende que a classe subalterna desenvolva a verdadeira cultura. Um processo no qual a função pedagógica dos intelectuais é indispensável. Por esta razão é que aqueles profissionais que têm uma dimensão pedagógica na sua atuação possuem potencial de se constituírem como intelectuais que favorecerão esse processo de elaboração e organização da cultura na perspectiva da classe trabalhadora seja via um intelectual orgânico à própria classe ou por um que passe a atuar em favor dela.

Importante destacar que tornar-se intelectual na construção de uma verdadeira cultura, no sentido apresentado, não é um resultado imediato da atuação de qualquer categoria profissional que tenha uma dimensão pedagógica. Entretanto, em se tratando de possibilidade e potencialidade, aqueles indivíduos e coletivos que mais condições têm de exercer essa função na sociedade são os que atuam por meio de relações pedagógicas, os que educam aqueles a quem dirigem seu fazer profissional. No entanto, se faz necessário que se posicionem politicamente em defesa de determinados interesses, que participem das direções e decisões coletivas de uma sociedade, que planejem e atuem nas políticas públicas a partir dos interesses das classes trabalhadoras. Assim a condição de intelectual que já desenvolve funções pedagógicas a partir das intervenções do Estado na regulação da vida social não assegura esse vetor, posto que são dirigidas para o exercício das formas de dominação política e ideológica. Para atuar numa

perspectiva contra hegemônica, na elaboração e organização de uma nova cultura é necessário um posicionamento, explícito e consciente em favor da classe trabalhadora e suas frações.

Essas características já justificariam o entendimento presente neste ensaio: o de que os assistentes sociais possuem uma dimensão pedagógica no seu trabalho e que podem desenvolver funções de intelectuais em favor da classe trabalhadora. Para sustentar essas afirmações, serão apresentados outros elementos que evidenciam a presença dessa dimensão e que explicitam, os compromissos hegemonicamente assumidos pelo Serviço Social com os interesses dessa classe.

## **DESAFIOS PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA CONJUNTURA ATUAL**

Há particularidades na disputa pela hegemonia na atual conjuntura da luta de classes. E pistas importantes para identificá-las estão no passado dessa luta. Gramsci escreveu sua obra enfrentando o fascismo italiano e a coerção se sobrepondo ao consenso, de maneiras semelhantes com a atualidade do neofascismo que emergiu em diversos países ao longo século XXI, incluído o Brasil. A derrota sofrida pelos fascistas brasileiros nas eleições de 2022, por menos de 1% de diferença de votos, não significa a supressão do autoritarismo enquanto fenômeno capilarizado nas relações sociais do país, seja na sociedade civil, seja na sociedade política.

A cultura autoritária dominante, organizada na forma das ideias, se impõe e espraia-se na vida social brasileira sem graves conflitos com uma democracia liberal-burguesa historicamente restrita às elites (Fernandes, 1976) e cada vez mais blindada aos interesses populares (Demier, 2017). Valores intrínsecos ao neoliberalismo são hipertrofiados em conjunturas menos democráticas como a atual, nas quais o individualismo, a competição e a meritocracia justificam toda sorte de violência para a manutenção da ordem.

A hegemonia do neoliberalismo iniciou sua consolidação global na passagem para os anos 1980, quando novos governos que chegaram ao poder em países de capitalismo central passaram a pôr em prática o programa. A liberação das forças do mercado ao controle estatal reduzindo responsabilidades do Estado são, segundo Newman e Clarke (2012), pressupostos defendidos por governos nacionais e organizações internacionais ao longo deste período que conformaram aquilo que os autores denominam de “gerencialismo”: uma formação cultural e um



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

conjunto distinto de ideologias e práticas que formaram um dos sustentáculos do novo acordo de gestão pública que emergia (id., ibid.).

A profunda crise capitalista, que se arrasta desde a década de 1970 e agrava-se em 2008, se expressa no âmbito político, econômico, social e cultural. À manutenção da hegemonia capitalista nas relações sociais vigentes faz-se necessário um leque de profissões que, através de ações pedagógicas, são convocadas pelo Estado para o desempenho de funções intelectuais voltadas para a difusão das ideias dominantes e para o controle de comportamentos, de modo a reforçar o consenso social e, em última instância, melhorar, adequar e conformar a classe trabalhadora aos imperativos do mercado de trabalho e, portanto, do capital.

Por essa esteira que se encontram profissionais de Serviço Social vinculados, contraditoriamente, ao reforço e ao questionamento da organização social vigente, inseridos nas mais variadas instituições públicas: hospitais, presídios, centros de assistência social, escolas, postos de previdência social e tantas outras que têm, dentre os principais usuários de seus serviços, sujeitos pertencentes a frações pauperizadas da classe trabalhadora.

É no cotidiano do trabalho de assistentes sociais que a relação pedagógica com esses sujeitos se desenvolve, invariavelmente atravessada por tensões, contradições, limites e possibilidades. Junto aos processos voltados à efetivação dos direitos sociais é que o Serviço Social encara a sua natureza contraditória e pode “[...] colocar-se a serviço de um projeto de classe alternativo àquele para o qual é chamado a intervir” (Iamamoto e Carvalho, 2006, p. 94). Nesse sentido:

Sendo o agente profissional um intelectual mediador de interesses de classes em luta pela hegemonia sobre o conjunto da sociedade, a prática profissional é, visceralmente, permeada por esse jogo de forças, subordinando-se, historicamente, àqueles que são dominantes do ponto de vista político, econômico e ideológico, em conjunturas historicamente determinadas (id., ibid.).

No caso da conjuntura atual, as determinações históricas precisam compreender dialeticamente os aspectos mais gerais que a particularizam: (i) o ultraneoliberalismo com a flexibilização radical das regras trabalhistas, a máxima precarização das condições de trabalho e o assalto da burguesia ao fundo público em período de hegemonia do capital financeiro, (ii) o neofascismo que imprime aspectos coercitivos até mesmo no âmbito do consenso e que, ao constituir-se essencialmente desumanizador, acelera o desmantelamento de qualquer traço ainda existente de um Estado de proteção social, (iii) o aumento de catástrofes climáticas globais



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

próprias do antropoceno, causadas por um modo de produção que somente consegue existir destruindo as condições naturais da existência da vida humana no planeta.

Mais do que nunca, a disputa pela hegemonia precisa assumir o caráter de urgência da superação da ordem capitalista. Para o sujeito profissional que pode desenvolver funções de intelectual orgânico - como o assistente social - ser oposição ao capitalismo significa desenvolver as bases para uma revolução cultural que anule e supere a hegemonia em curso. No qual a sua ação pedagógica tem como função a produção do inconformismo, orientado por leitura de mundo crítica às desigualdades sociais (de classe, gênero, orientação sexual, raça e etnia) e que busque desvelar as relações contraditórias que sustentam o senso comum e toda a vida social.

No desempenho de sua função intelectual, o assistente social, **dependendo de sua opção política**, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional. Pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; pode orientar a sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos. (Iamamoto e Carvalho, 2006, p. 95, grifos nossos)

Ao participar de processos voltados à efetivação dos direitos sociais, assistentes sociais têm a posição profissional privilegiada de interagir diretamente com sujeitos que experimentam ao longo de suas vidas as expressões mais aviltantes da questão social. E ao buscarem respostas para suas demandas imediatas via acesso às políticas, programas e serviços sociais do Estado, assistentes sociais têm o desafio de, ao mesmo tempo em que garante direitos, educar politicamente sobre eles. Um movimento que precisa ir além do simples repasse de informações e que problematize democraticamente o senso comum, visando a raiz de suas contradições.

Em que pese o fato de a relativa autonomia profissional estar cada vez mais restrita aos imperativos de um Estado cada vez mais gerencialista, orientado por uma cultura empresarial no qual o controle dos processos de trabalho tem como finalidade atingir metas impostas por organismos internacionais multilaterais; a função pedagógica de assistentes sociais localiza-se na disputa pela hegemonia não somente na intervenção direta junto aos usuários dos serviços. Nas atividades de planejamento e de avaliação das políticas, programas e serviços sociais do Estado, tais profissionais possuem competência e legitimidades para atuarem no sentido do fortalecimento de valores e princípios que coadunam com uma nova cultura, comprometida com uma nova hegemonia.

As principais representações coletivas do Serviço Social brasileiro como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) têm assumido, desde a segunda metade da década de 1970, importantes funções de aparelhos hegemônicos voltados à defesa dos interesses da classe trabalhadora. Nesse âmbito coletivo, a função pedagógica do Serviço Social vem contribuindo no fortalecimento de um projeto ético-político de profissão organicamente vinculado a um projeto societário anticapitalista.

O desafio posto para assistentes sociais desempenharem suas funções intelectuais e educativas na direção oposta à dominante é e sempre foi grande. Na conjuntura atual, a tarefa se faz ainda mais complexa. Quando analisada de forma individualiza a responsabilidade de se realizar uma prática pedagógica voltada para a produção de contra hegemonia, pode parecer que buscamos regar rosas em um jardim seco.

Mas quando analisado de maneira ampla, percebe-se que há valorosos aliados políticos (seja no interior do Serviço Social, seja para além da profissão) que estão na mesma trincheira da luta de classes, atuando cotidianamente pela construção de um novo futuro. E há no Brasil hoje cerca de 200 mil assistentes sociais registrados. Não estamos só. Na verdade, somos a maioria. E por mais que os jardins não estejam tão floridos, *podrán cortar todas las flores, pero no podrán detener la primavera.*<sup>5</sup>

## **A DIMENSÃO INTELECTUAL DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

As políticas públicas, organizadas, mas não necessariamente viabilizadas em toda a sua extensão, pelo Estado, resultam de um longo processo de lutas que se iniciou com a garantia de algumas conquistas em termos de legislações trabalhistas e sociais no fim do século XIX e que assumiu uma dimensão mais orgânica na fase monopólica do capital, no século XX (Behring e Boschetti, 2008). Contraditoriamente surgem, se estruturam e passam a compor a agenda de lutas da classe trabalhadora e suas frações como formas objetivas, nos marcos da sociedade do capital, de se assegurar um conjunto de direitos que, ao mesmo tempo que contribuem para a reprodução social, integram o conjunto de estratégias de dominação política e de estabelecimento de consensos da burguesia a partir da mediação do Estado.

---

<sup>5</sup> Essa frase é atribuída a Pablo Neruda desde a década de 1990, mas não consta de nenhuma de suas obras publicadas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

As políticas públicas são expressões concretas, historicamente determinadas - portanto, não podem ser compreendidas a despeito da conformação dos blocos históricos nos quais surgem, se expandem e se restringem - da própria luta de classes. Materializam o processo de expansão das funções do Estado burguês para assegurar as condições gerais de reprodução ampliada do capital e da acumulação incessante a partir da combinação de ações de natureza econômica, política e ideológica. Ou seja, as políticas públicas são objetivações da ampliação do Estado no sentido analisado por Gramsci, cuja organização prático-institucional não mais se restringe ao monopólio do uso da força, visto que passa a desempenhar uma função educativa ativa na produção do consenso (Almeida e Alencar, 2011).

O surgimento, expansão e, sobretudo a regressão e desmonte das políticas públicas - como temos observado de modo acentuado ao longo dos últimos anos, sobretudo em função do Golpe parlamentar, judiciário e midiático de 2016, evidenciando mais uma vez a feição autocrática de nossa burguesia e a blindagem de um Estado refratário às reivindicações das frações da classe trabalhadora – não podem ser compreendidos a despeito de que elas cumprem funções de natureza econômica, política e ideológica.

Primeiro porque a base material que sustenta sua função no campo da garantia das condições de reprodução social de parcelas da classe trabalhadora (assim como de deslocamento e punção para o financiamento do capital) derivam do fundo público, ou seja, da apropriação pelo Estado na forma de impostos e tributos do mais valor socialmente produzido pelo trabalho produtivo e realizado na esfera da circulação.

Segundo porque o Estado media os interesses das frações de classe tanto da burguesia como dos trabalhadores, sem abdicar de sua origem e condição de classe em favor do capital e de sua função coercitiva. Deste modo, conduz um aparato administrativo, técnico e burocrático que participa ativamente dos processos de dominação política tanto no interior das frações da burguesia, operando um equilíbrio que não comprometa a reprodução ampliada do capital cada vez sob a hegemonia das finanças, como na relação com as frações da classe trabalhadora, atuando segundo Demier (2014) de forma cada vez mais refratárias às suas reivindicações.

E, terceiro lugar, porque as políticas públicas desempenham combinadamente às demais funções (econômicas e políticas) importantes práticas institucionais em relação à dimensão educativa do Estado, ou seja, integram os processos de produção de consensos sintonizados à direção moral e intelectual que conformam a hegemonia,

Por essas razões as políticas públicas sempre foram espaços de disputas de interesses no âmbito do Estado e de sua relação com os aparelhos privados de hegemonia. As práticas gerencialistas sintonizadas à racionalidade neoliberal operaram importantes alterações na sua dinâmica, muitas advindas da ação concreta dos intelectuais coletivos da burguesia sob a forma legal e ideológica das fundações vinculadas ao empresariado industrial e de serviços assim como de algumas organizações da sociedade civil.

O empreendedorismo, a precarização das formas de trabalho e dos tipos de vínculos, a empregabilidade, a ideia de “empoderamento” dos grupos étnico-raciais, a ineficácia do Estado, a ideia de uma política pública não estatal já em curso desde os anos de 1990, com o neoliberalismo, ganharam conotações ainda mais agudas, preventivas e contrarrevolucionárias com o efetivo desmonte das instâncias de controle social, com a atuação genocida na pandemia e o desfinanciamento das políticas públicas durante os anos de 2018-2022.

A restrição de direitos que se opera desde 2016 - ainda que não se limite a este período, é inegável que nele se ganha uma nova amplitude e angulação –, se dá mediante um conjunto de contrarreformas (trabalhista, previdenciária já concretizadas e sob constante ameaça a administrativa) além de fortes restrições à utilização do fundo público no campo das políticas públicas, através de estratégias constitucionais (Emenda Constitucional 95 de 2016 e Lei Complementar 200 de 2023 que institui o Novo Arcabouço Fiscal) que limitam os investimentos públicos nesta direção em detrimento da priorização do pagamento da dívida pública e da pulsão do fundo público para o financiamento de determinados nichos de valorização do capital (habitação, expansão da educação privada e privatização da previdência e da saúde).

Estas restrições não se apresentam de imediato no cotidiano de trabalho de assistentes sociais. Elas são implementadas a partir de alterações no campo legal, de aprofundamento das racionalidades que combinam as práticas burocráticas com a incorporação de tecnologias de informação e comunicação (TICs), nos discursos justificadores das mudanças operadas (geralmente pautados nas ideias de valorização da eficácia do setor público, na melhoria do atendimento à população e na necessidade de adequação aos programas de ajuste fiscal) até incidirem sobre os processos de gestão do trabalho mais assediosos e rotinas de trabalho intensificadas, repetitivas, tecnicamente padronizadas e que esvaziam o conteúdo social e teórico do trabalho profissional de assistentes sociais.

Não podemos deixar de reconhecer que a atuação de assistentes sociais no âmbito das políticas públicas embora ocorra majoritariamente em instituições públicas e privadas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

implementadoras de programas e serviços, ou seja, em processos de trabalho nos quais a função central é mediar a relação entre demandas da população e ofertas institucionais; têm crescido noutras direções: gestão, assessoria, articulação interinstitucional com órgãos de defesa e de controle e com os movimentos sociais.

Contudo a interrogação central deste trabalho é como realizar a atividade laborativa que particulariza a profissão como uma prática pedagógica sintonizada à sua função intelectual em suas dimensões coletivas e individuais, num contexto de restrição e desmonte de direitos em instituições cujos processos de trabalho esvaziam continuamente e progressivamente o conteúdo do trabalho profissional? Lembremos o velho Marx (2011, p. 18):

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.

Deste modo, o ponto de partida é a compreensão das circunstâncias dadas, ou seja, das condições concretas e objetivas sob as quais não só o seu trabalho se realiza, como as que as práticas institucionais se movimentam e como vive, pensa e se organiza a população e os demais profissionais com que atua. Sem esse ponto de referência real e concreto qualquer perspectiva de prática pedagógica está fadada ao fracasso, visto que desconsidera o que lhe é fundamento a relação entre sujeitos reais, historicamente constituídos.

Esses sujeitos se relacionam em um ou a partir de um espaço institucional que opera uma política pública cuja racionalidade da objetivação dos serviços, programas e projetos resultam da combinação de racionalidades cada vez mais técnicas e burocráticas de novo tipo, em função da incorporação massiva das TICs que interferem na relação direta entre eles, assim como trazem um escopo no campo da gestão do trabalho e dos consensos que não gravitam no universo político, ideológico e teórico construído pelo Serviço Social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desafio posto em reconhecer esta função intelectual em relação ao exercício da atividade pedagógica, que é objetiva pelo trabalho profissional, é que ele resulta primeiramente de uma escolha profissional que se sustenta na compreensão das condições concretas em que ela se realiza. O mundo real das relações institucionais que envolvem sujeitos concretos é sempre o ponto de partida. O que esse sujeito profissional, a partir das condições dadas pode construir do



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ponto de vista de uma prática pedagógica, com a população que atende de forma a materializar em um conjunto de ações uma dimensão particular de um processo de disputa hegemônica no âmbito de uma política pública que expressa tensionamentos de classe e constitui uma das bases a partir das quais o Estado desempenha suas funções de dominação política e ideológica?

As práticas pedagógicas que materializam a função intelectual da profissão na divisão social e técnica de trabalho necessitam de que: (i) assistentes sociais acionem os recursos teóricos interpretativos da realidade acumulado pela profissão nos últimos 40 anos; (ii) articulem com intencionalidade suas escolhas e recursos ao campo ético-político da profissão; (iii) compreendam as práticas institucionais nas políticas públicas como reprodutoras das contradições sociais e vinculadas à luta de classes; (iv) conheçam a visão de mundo da população e dos trabalhadores como condição para pensar o alcance da ação pedagógica junto a sujeitos concretos e históricos; (v) reconheça as práticas e as ações políticas de construção contra hegemônica nos campos em que atua (educação, assistência social, previdência, saúde entre outras) e produza as articulações possíveis no plano do discurso e das lutas sociais entre a atuação profissional e elas; (vi) participe das atividades coletivas promovidas pela categoria profissional como forma de enfrentamento do isolamento imposto pela racionalidade que organiza os processos de trabalho nas políticas públicas; (vii) organize previamente as formas de diálogo que compõem o trabalho profissional de modo a desvelar conjuntamente com a população e demais trabalhadores os processos econômicos, políticos e ideológicos que determinam o modo como os serviços, programas e projetos são realizados no cotidiano institucional; (viii) fortaleça os processos organizativos, de mobilização e atuação política que estejam ao alcance da população e demais trabalhadores com que atue.

Estas ponderações não devem ser tomadas como pontos de uma cartilha ou receituário, muito menos como reativação das velhas “metodologias de ação”. São apontamentos sintéticos, próprios aos limites deste trabalho, sintonizados à reflexão que nos propomos realizar. São traços extraídos e reunidos a partir de nossas experiências no campo da formação e do exercício profissional que objetivam a compreensão gramsciana da função intelectual no campo da construção de uma contra hegemonia, dada a diversidade de formas de atuação que assistentes sociais desempenham cumprindo funções pedagógicas no âmbito da mobilização, da difusão de ideias e no desvelamento da realidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALMEIDA, N. L. T e ALENCAR, M. M. T. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BERING, E. R. e BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2).

DEMIER, F. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 1 Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. Caderno 12. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 2. Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 (pp. 7-53).

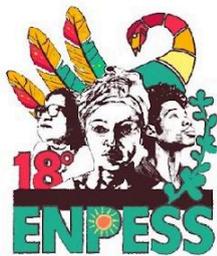
IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19ª ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2006.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels)

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana: Recife, 2010.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n2/03.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2004.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

**Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

**Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social**